



Comissão é presidida pelo vereador Paulo Haddad (PSD-SP)

Comissão de Saúde analisa cinco projetos nesta quinta-feira

A Comissão Permanente de Política Social e Saúde da Câmara se reúne às 15h desta quinta (20) para analisar e votar pareceres de cinco projetos de lei. As propostas já passaram por primeira votação no Plenário e dependem do parecer do colegiado para seguir para análise final dos vereadores. A reunião é aberta ao público, com entrada pela Av. Engenheiro Roberto Mange, 66, Ponte Preta. Dr. Yanko (PP) institui o programa municipal que fornece aparelho de pressão digital de pulso a hipertensos de baixa renda. Já Ailton da Farmácia (PSB), institui o programa “Doe Sangue aqui”, que autoriza a prefeitura a promover a coleta em laboratórios particulares para auxiliar os hemocentros. Guilherme Teixeira (PL) garante prioridade de atendimento psicossocial, no sistema municipal de saúde de Campinas, a mães que se dedicam integralmente ao cuidado de filhos com TEA.

Prevenção

A comissão vota ainda o projeto do ex-vereador Zé Carlos (PSB), que institui O Programa de Atendimento a Pessoas com Distúrbios Respiratórios do Sono, para prevenir e tratar essas enfermidades. Vota ainda o PL de Carlinhos Camêlo (PSB) que implanta a Política Municipal de Prevenção da Cegueira por Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI), por meio de ações de prevenção, diagnóstico precoce e retardamento da progressão da doença no âmbito do SUS.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Comissão Especial de Estudos para o novo Plano Municipal de Educação

Plano Municipal de Educação

A Câmara de Campinas aprovou a criação de uma comissão especial para acompanhar a elaboração do novo Plano Municipal de Educação (PME), que vai definir as diretrizes da área para os próximos dez anos. O grupo será composto por Paulo Haddad (PSD), Dr. Yanko (PP), Roberto Alves (Republicanos) e Bene Lima (PL). Será presidido por Wagner Romão (PT) e terá 180 dias para realizar estudos, debates e audiências, acompanhar indicadores e apresentar sugestões.

Diagnóstico

Campinas terá até 15 meses, após a publicação da nova legislação nacional, para concluir o plano. Romão defende que o PME seja construído com base em um diagnóstico atualizado da educação municipal e em metas que possam ser acompanhadas. Entre os temas previstos estão financiamento, infraestrutura, inclusão, permanência dos estudantes, valorização dos profissionais e qualidade do ensino.

PINGA-FOGO

Mobilidade Urbana

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara realiza nesta quinta (20), às 14h, a 6ª Reunião Ordinária de 2026, com uma palestra sobre mobilidade urbana. O encontro será aberto à população e ocorrerá no Plenarinho da Casa, com apresentação do engenheiro Olival Nogueira de Matos, especialista em políticas públicas de mobilidade.

Integração

A exposição vai tratar a mobilidade urbana como uma política pública que envolve mais do que trânsito e transporte. A proposta é discutir a relação com o planejamento das cidades, a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida. Entre os temas estão a integração entre mobilidade, meio ambiente e desenvolvimento urbano.

Política Nacional

Matos é autor de “Mobilidade Urbana no Brasil – Compreendendo a Política Nacional de Mobilidade Urbana”, lançado em primeira edição digital este ano. A obra tem caráter técnico e reúne 28 capítulos distribuídos em seis partes, com conteúdos sobre princípios, diretrizes e objetivos da legislação, além do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

Integral

Aborda ainda modos não motorizados, transporte coletivo e individual, mobilidade de cargas, logística urbana, integração entre diferentes meios de deslocamento, governança e planos municipais de mobilidade. Também trata de política tarifária, financiamento, instrumentos de gestão, segurança viária, sustentabilidade e gestão democrática.

Marco Legal

Aborda também os cenários futuros do setor no país e as mudanças legislativas previstas pela Lei nº 15.432/2026, que terá vigência a partir de 14 de junho de 2027, criando o Marco Legal do Transporte Público Coletivo Urbano, estabelecendo novas regras para prestação e financiamento do serviço.

Tarifas

A norma busca ampliar o acesso, a qualidade e a segurança, diversificar as fontes de custeio e reduzir a dependência das tarifas. Também prevê integração dos sistemas, sustentabilidade e melhoria da mobilidade urbana, com maior participação do poder público na organização do setor.



Decisão do TCE preserva edital da concessão do transporte publicado em 2025

Anulação do leilão do transporte gera reação da oposição

Prefeitura informou que prepara um novo leilão, também na B3, na Capital

Por **Raquel Valli**

A decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) de anular o leilão da concessão do transporte público de Campinas, estimado em R\$ 11,8 bilhões, provocou reação de vereadores da oposição, que responsabilizaram a prefeitura pelo resultado e cobraram mudanças na condução do processo.

O vereador Wagner Romão (PT) afirmou que a decisão abre um novo caminho para a licitação, mas, expõe falhas da Emdec e da Secretaria de Transportes. Além disso, pontua que a anulação prolonga problemas enfrentados pelos usuários, como atrasos e ônibus em condições precárias. Defende que a prefeitura assuma a operação do sistema até a conclusão da nova licitação.

Gustavo Petta (PCdoB) classificou o episódio como mais um capítulo de uma gestão que considera problemática. Segundo ele, os usuários pagam caro por um serviço de baixa qualidade, enquanto as empresas atuais são beneficiadas pela manutenção dos contratos e deixam de cumprir exigências previstas para a nova concessão.

A decisão do TCE-SP determinou a anulação da etapa de

apresentação das propostas. A Prefeitura deverá refazer a entrega e a abertura dos envelopes. Os estudos já realizados poderão ser aproveitados, desde que estejam adequados às exigências do Tribunal. O município também deverá comunicar previamente o TCE-SP antes de iniciar uma nova licitação.

A prefeitura informou que prepara um novo leilão, novamente na B3. Antes da republicação do edital, será feita uma nova pesquisa de preços para atualizar os valores. A expectativa é realizar o novo certame ainda em 2026, mantendo a concorrência e a segurança jurídica.

Entre as irregularidades apontadas pelo relator Dimas Ramalho, estão a alteração do valor máximo da tarifa paga ao operador do Lote Sul e da estimativa de funcionários. O Tribunal também questionou o prazo dado para a revisão das propostas, o acesso a documentos técnicos da consultoria contratada e a disponibilidade de laudos apresentados pelas empresas durante a fase de recursos.

Outro problema apontado foi a formalização tardia das análises sobre a viabilidade financeira das propostas, realizada cerca de um mês após a disputa.